

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE****REQUERIMENTO N° , DE 2023**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Apresentação: 26/05/2023 17:00:20.090 - CFFC

REQ n.2228/2023

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre a piora da projeção de rombo nas contas em 2023 e o possível bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre a piora da projeção de rombo nas contas em 2023 e o possível bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimento sobre a piora da projeção de rombo nas contas em





2023 e o possível bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos.

Isto porque, conforme noticiado, um forte aumento nas despesas levou o governo Lula (PT) a piorar sua projeção para o resultado das contas públicas neste ano e anunciar um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos¹.

O déficit orçamentário, de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, divulgado pelo Ministério do Planejamento, estima-se em R\$ 136,2 bilhões, correspondendo a -1,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor representa um agravamento de R\$ 28,6 bilhões em relação à última previsão de março, que apontava um déficit de R\$ 107,6 bilhões. A crifra está longe do déficit de 0,5% do PIB prometido pelo ministro Fernando Haddad ao apresentar a proposta de novo arcabouço fiscal.

A piora no quadro fiscal do governo deve-se principalmente ao aumento das despesas, embora tenha havido uma redução nas projeções de arrecadação. Um dos principais fatores de aumento de gastos é o novo valor do salário mínimo, que foi reajustado para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio.

As despesas aumentaram em R\$ 24,2 bilhões em relação ao relatório de março, esgotando toda a margem disponível em relação ao teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação. Como resultado, o governo terá que bloquear R\$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias, que englobam custeio e investimentos.

Em relação às projeções macroeconômicas, o governo

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/governo-lula-piora-projecao-de-rombo-nas-contas-em-2023-e-vai-bloquear-r-17-bi.shtml>





também aumentou a estimativa de crescimento do PIB para 1,91%, conforme antecipado pelo ministro Haddad na semana passada. Anteriormente, o número era de 1,61%. Todavia, normalmente um maior avanço na atividade econômica teria um impacto positivo nas previsões de arrecadação do governo, no entanto, o saldo final da estimativa de receita bruta teve uma piora de R\$ 8,5 bilhões em comparação ao relatório de março. A receita líquida também apresentou uma queda de R\$ 4,4 bilhões.

De acordo com o Governo, houve um aumento de R\$ 5 bilhões na previsão de ganhos com dividendos e participações, e de R\$ 3,1 bilhões com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Por outro lado, as projeções com royalties (R\$ 5,6 bilhões), contribuições previdenciárias (R\$ 4,1 bilhões), Cofins (R\$ 4,2 bilhões) e imposto de importação (R\$ 3,8 bilhões) apresentaram reduções.

Destarte, diante dessas questões, apresentamos este requerimento para esclarecer oficialmente as questões sobre a piora projeção de rombo nas contas em 2023 e o possível bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos.

Sala da Comissão, em _____ de _____
de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

